

JUCESP
13 08 19
23



JUCESP PROTOCOLO
0.835.898/19-2



CONVÊNIO
CIESP

SINGULAR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 33ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA

ITURRI COIMPAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE EPI'S LTDA

NIRE 35.217.223.841

CNPJ nº 61.451.654/0001-26

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

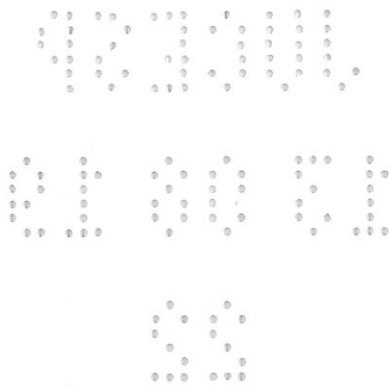
ITURRI S.A, sociedade existente e organizada de acordo com as leis espanholas, com sede e foro na Espanha, em Sevilha, na Avenida Roberto Osborne, lote 151-153, inscrita no CNPJ sob nº 05.734.043/0001-14, neste ato representada por seu procurador, Sr. **FRANCISCO GINES PASTOR TRAVES**, espanhol, casado, gerente, portador do RNE nº G320434-S CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.292.928-90, domiciliado na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Alameda Carlos Gomes, 30 — Condomínio Altos Da Floresta - CEP 12942-648;

E de outro:

AMADEO DOUTON RODRIGUEZ, espanhol, casado, engenheiro químico, portador do RNE nº V975061-9 CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.669.708-52, residente e domiciliado na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Rua Pompeu Jairo nº 423, casa 11 Bairro Vila Helena CEP 12947-001,

únicos sócios representando a totalidade do capital social da **ITURRI COIMPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EPI'S LTDA.**, com sede na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Rodovia Fernão Dias, s/n. KM 51, pista sul, Bairro do Portão, CEP 12948-000, inscrita no CNPJ sob nº 61.451.654/0001-26, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.217.223.841, em sessão de 25/10/2001 ("Sociedade"),

têm entre si justo e acordado alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos do art. 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406/02, de acordo com os seguintes termos e condições:



I – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

1.1. Os sócios, neste ato, aprovam, por unanimidade a alteração do objeto social da Sociedade para inclusão da atividade de comércio varejista de EPI's.

1.2. Em decorrência do item acima, os sócios decidem alterar a Cláusula III do Contrato Social que passará a ter a seguinte nova redação:

“CLÁUSULA III – OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objetivo:

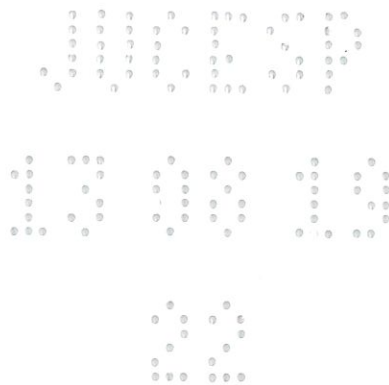
Indústria e Comércio Atacadista e Varejista de EPI's, produtos destinados a proteção e segurança do trabalho individual e coletiva, Uniformes Técnicos e Profissionais, Equipamentos de Combate a Incêndio, Equipamentos de Meio Ambiente e Combate à Poluição, Equipamentos Industriais, Equipamento Desencarcerador;

***Indústria e Comércio Atacadista e Varejista, Manutenção e Reparação de* veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral; fabricação de reboques, semirreboques, casa-reboque (trailer); fabricação de carrocerias, transformadas ou adaptadas, para veículos especiais (ambulâncias, bombeiros, telefonia, etc.), automóveis, caminhões e utilitários, e qualquer material, fabricação de capotas de lona, plástico, metálicas ou de fibra de vidro para veículos automotores de passeio e utilitários;**

Aluguel, Manutenção e Higienização de Uniformes Técnicos, Profissionais e EPI's em geral;

Aluguel e Manutenção de máquinas sem operador para distribuição dos equipamentos previstos no objeto social;

Manutenção Reforma e Industrialização por Terceiros de EPI's, produtos destinados a proteção e segurança do trabalho individual e coletiva, Uniformes Técnicos e Profissionais, Equipamentos



de Combate a Incêndio, Equipamentos de Meio Ambiente e Combate à poluição, Equipamentos Industriais, Veículos Contra Incêndio, Ambulância e seus Equipamentos;

Prestação de serviços administrativos e de gestão de estoque para terceiros;

Administração em Geral inclusive de bens e negócios de terceiros;

Importação e Exportação de todos os produtos e equipamentos de proteção individual e coletivos e seus correlatos, bem como de qualquer item constante deste objeto;

Prestação de Serviços de Intermediação e Agenciamento de Negócios; e,

Participações em Outras Sociedades empresariais ou não, como sócia, acionista ou quotista."

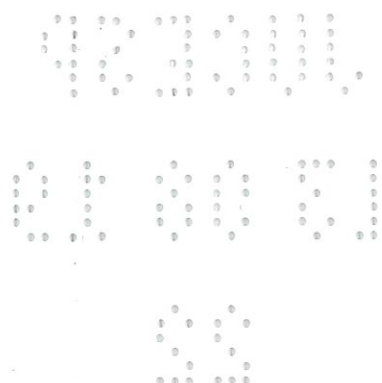
II – DA ABERTURA DE FILIAL

2.1. Em ato contínuo, os sócios aprovam, por unanimidade, a abertura de filial na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, na Quadra QN 5 Conjunto 04, nº 54, Conjunto 104, Riacho Fundo I, CEP 71805-404, tendo por objeto o (i) comércio varejista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho – EPI's; (ii) comércio a varejo de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral, e (iii) serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral.

2.2. Ficam os administradores da Sociedade autorizados a proceder com todos os atos necessários para efetivação da deliberação ora aprovada.

2.3. Em razão da deliberação acima, resolvem os sócios aprovar a alteração do § 1º da CLÁUSULA II do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"§ 1º - A Sociedade possui as seguintes filiais:



JOÃO MONLEVADE/MG, CNPJ nº 61.451.654/0009-83 — NIRE nº 31.901502664, Inscrição Estadual nº 362.108.034.01-07, sita à Avenida Getúlio Vargas nº 100, Prédio Vestiário Central - Centro Industrial — CEP 35930-900, sendo seu objeto: a) Comércio de equipamentos de proteção individual e coletivo — EPI/EPC, b) Manutenção e Reparação de EPI's;

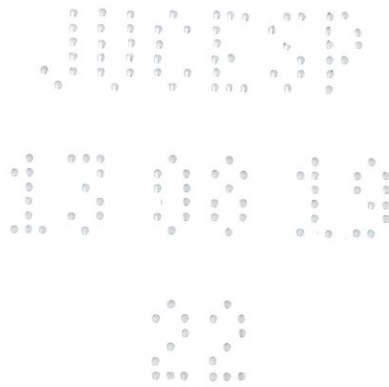
LAURO DE FREITAS/BA, CNPJ nº 61.451.654/0033-03 — NIRE nº 29901047681 - Inscrição Estadual nº 100378173, sita à Rua A 130 — Quadra 1 Lote 17 Loteamento 155 Cond Empresarial Litoral Norte — Itinga - CEP 42700-000, com o objeto social: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e Reparação de EPI's, Administração em Geral inclusive de bens e negócios de terceiros;

SERRA/ES, CNPJ nº 61.451.654/0034-94 — JUCEES nº 32.900.448.659, sita à Rua Castelo nº 770 Bairro Jardim Limoeiro, Cidade Serra — ES CEP 29164-030, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho, b) Manutenção e Reparação de EPI's, gira com o capital social da Matriz;

SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, NIRE nº 3590469174-7 - CNPJ nº 61.451.654/0035-75 — IE nº 635.734.274.114, sita à Avenida Taboão nº 899, prédio 83 entre a coluna B5 — Bairro Rudge Ramos - CEP 09655-900, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e reparação de EPI's;

CAMAÇARI/BA, CNPJ nº 61.451.654/0036-56 — IE nº 122.616.534, Almoxarifado Central, à Avenida Henry Ford nº 2.000, bairro COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) CEP 42810-225, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e reparação de EPI's;

BRASÍLIA/DF, na Quadra QN 5 Conjunto 04, nº 54, Conjunto 104, Riacho Fundo I, CEP 71805-404, com o objeto social de: a) comércio varejista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho — EPI's; b) comércio a varejo de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral e c) serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral."



III. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Por fim, decidem as sócias alterar e consolidar o contrato social da Sociedade de forma a refletir as alterações acima deliberadas:

"CONTRATO SOCIAL DA ITURRI COIMPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EPI'S LTDA.

CLÁUSULA I — DENOMINAÇÃO

A sociedade gira sob a denominação social de **ITURRI COIMPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EPI'S LTDA.**

Parágrafo Único — A sociedade tem como título de estabelecimento **"ITURRI COIMPAR"**.

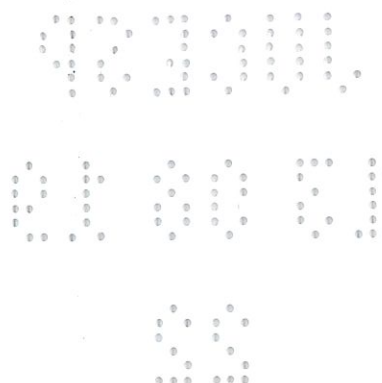
CLÁUSULA II — SEDE SOCIAL E FILIAIS

A sociedade tem sua sede social na Rodovia Fernão Dias, s/n. KM 51, pista sul, Bairro do Portão, Atibaia, SP, CEP: 12948-000.

§ 1º - A Sociedade possui as seguintes filiais:

JOÃO MONLEVADE/MG, CNPJ nº 61.451.654/0009-83 — NIRE nº 31.901502664, Inscrição Estadual nº 362.108.034.01-07, sita à Avenida Getúlio Vargas nº 100, Prédio Vestiário Central - Centro Industrial — CEP 35930-900, sendo seu objeto: a) Comércio de equipamentos de proteção individual e coletivo — EPI/EPC, b) Manutenção e Reparação de EPI's;

LAURO DE FREITAS/BA, CNPJ nº 61.451.654/0033-03 — NIRE nº 29901047681 - Inscrição Estadual nº 100378173, sita à Rua A 130 — Quadra 1 Lote 17 Loteamento 155 Cond Empresarial Litoral Norte — Itinga - CEP 42700-000, com o objeto social: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e Reparação de EPI's, Administração em Geral inclusive de bens e negócios de terceiros;



SERRA/ES, CNPJ nº 61.451.654/0034-94 — JUCEES nº 32.900.448.659, sita à Rua Castelo nº 770 Bairro Jardim Limoeiro, Cidade Serra — ES CEP 29164-030, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho, b) Manutenção e Reparação de EPI's, gira com o capital social da Matriz;

SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, NIRE nº 3590469174-7 - CNPJ nº 61.451.654/0035-75 — IE nº 635.734.274.114, sita à Avenida Taboão nº 899, prédio 83 entre a coluna B5 — Bairro Rudge Ramos - CEP 09655-900, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e reparação de EPI's;

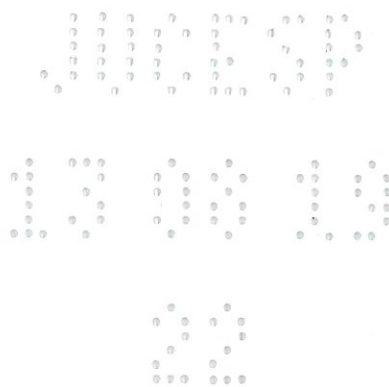
CAMAÇARI/BA, CNPJ nº 61.451.654/0036-56 — IE nº 122.616.534, Almoxarifado Central, à Avenida Henry Ford nº 2.000, bairro COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) CEP 42810-225, com o objeto social de: a) Comércio atacadista de EPI's — produtos destinados a proteção e segurança do trabalho; b) Manutenção e reparação de EPI's;

BRASÍLIA/DF, na Quadra QN 5 Conjunto 04, nº 54, Conjunto 104, Riacho Fundo I, CEP 71805-404, com o objeto social de: a) comércio varejista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho — EPI's; b) comércio a varejo de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral, e c) serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral.

§ 2º - Para fins fiscais é atribuído para as filiais acima e para as demais que vierem ser abertas o capital social de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para cada uma, valores estes destacados do capital social da Sociedade, exceto para as filiais do Espírito Santo que giram com o Capital da Matriz.

CLÁUSULA III - OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo:



Indústria e Comércio Atacadista e Varejista de EPI's, produtos destinados a proteção e segurança do trabalho individual e coletiva, Uniformes Técnicos e Profissionais, Equipamentos de Combate a Incêndio, Equipamentos de Meio Ambiente e Combate à Poluição, Equipamentos Industriais, Equipamento Desencarcerador;

Indústria e Comércio Atacadista e Varejista, Manutenção e Reparação de veículos contra incêndio, ambulâncias e seus Equipamentos; cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores em geral; fabricação de reboques, semirreboques, casa-reboque (trailer); fabricação de carrocerias, transformadas ou adaptadas, para veículos especiais (ambulâncias, bombeiros, telefonia, etc.), automóveis, caminhões e utilitários, e qualquer material, fabricação de capotas de lona, plástico, metálicas ou de fibra de vidro para veículos automotores de passeio e utilitários;

Aluguel, Manutenção e Higienização de Uniformes Técnicos, Profissionais e EPI's em geral;

Aluguel e Manutenção de máquinas sem operador para distribuição dos equipamentos previstos no objeto social;

Manutenção Reforma e Industrialização por Terceiros de EPI's, produtos destinados a proteção e segurança do trabalho individual e coletiva, Uniformes Técnicos e Profissionais, Equipamentos de Combate a Incêndio, Equipamentos de Meio Ambiente e Combate à poluição, Equipamentos Industriais, Veículos Contra Incêndio, Ambulância e seus Equipamentos;

Prestação de serviços administrativos e de gestão de estoque para terceiros;

Administração em Geral inclusive de bens e negócios de terceiros;

Importação e Exportação de todos os produtos e equipamentos de proteção individual e coletivos e seus correlatos, bem como de qualquer item constante deste objeto;

Prestação de Serviços de Intermediação e Agenciamento de Negócios; e,

Participações em Outras Sociedades empresariais ou não, como sócia, acionista ou quotista.

The figure consists of a 3x3 grid of 9 small diagrams. Each diagram shows a 4x4 grid of dots, with some dots being black and others white. The patterns of black dots vary across the diagrams, representing different spatial configurations for a matching task.

Sócios Quotistas	Nº Quotas	Valor Em R\$
ITURRI S.A.	54.783.236	R\$ 54.783.236,00
AMADEO DOUTON RODRIGUEZ	14	R\$ 14,00
Total	54.783.250	R\$ 54.783.250,00

- O Sócio participa dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

- Os Sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer tempo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem

USULA V — ADMINISTRAÇÃO

Administração da sociedade será exercida pelos administradores não sócios (i) **FRANCISCO PASTOR TRAVES**, espanhol, casado, gerente, portador do RNE G320

Cidade de Atibaia, Estado

de São Paulo, na Rua Pompeu Jairo, 423 - casa 11, Bairro Vila Helena - Cep. 12947-001, e pelo

sócio administrador (iii) **AMADEO DOUTON RODRIGUEZ**, espanhol, casado, engenheiro

químico, portador do RNE nº V975061-9 CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº

237.669.708-52, domiciliado na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Rua Pompeu Jairo nº 423, casa 11, Bairro Vila Helena, CEP 12947-001.


§ 1º - Aos Administradores ficam dispensado de prestar caução e não de receber uma remuneração a título de "Honorários" que será fixada por sócio(s) representando no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e levada à conta de despesas gerais da sociedade.

§ 2º - Caberá aos Administradores da Sociedade e aos procuradores por eles constituídos em nome da Sociedade, a prática isoladamente dos seguintes atos, seus poderes incluindo, mas a tanto não se limitando os necessários para: (i) representar a Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo e fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como perante autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestaduais; (ii) administrar, gerenciar, e dirigir os negócios da Sociedade e, comprar, vender, trocar ou por qualquer outro modo dispor dos bens móveis e imóveis da Sociedade, estabelecendo os preços, termos e condições para tanto; (iii) assinar todo e qualquer documento que importe responsabilidade ou obrigação para a Sociedade, incluindo escrituras de imóveis, notas promissórias, títulos de crédito, cheques, ordens de pagamento e outros documentos; e (iv) receber e dar quitação de valores em nome da SOCIEDADE.

§ 3º - Os atos dos Administradores, empregados ou procuradores da Sociedade que a envolverem em qualquer obrigação e/ou responsabilidade relativa aos negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia em favor de terceiros, são expressamente vedados por este instrumento, sendo considerados nulos inoperantes e sem qualquer efeito em relação à Sociedade.

CLÁUSULA VI — REUNIÃO DOS SÓCIOS

As matérias abaixo relacionadas dependerão de deliberação dos sócios representando a maioria do Capital Social.



- a) a aprovação das demonstrações financeiras e distribuição de Lucros;
- b) a fixação da remuneração dos sócios e administradores;
- c) a modificação do Contrato Social;
- d) a incorporação, fusão, cisão, a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- e) a nomeação e destituição de liquidantes e a apreciação de suas contas; e
- f) a decisão sobre pedido de recuperação Judicial, conforme arts. 47 a 72 da lei 11.101/2005.

§ 1º - Fica dispensada a publicação de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem por escrito, cientes do local, data e ordem do dia para realização da reunião.

§ 2º - A reunião de sócios deverá ocorrer pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para aprovação das Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros.

§ 4º - As reuniões de sócios instalar-se-á com a presença de totalidade do capital social e serão presididas e secretariadas por um dos sócios-administradores escolhido entre os presentes.

§ 5º - Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões dos sócios, ata que será assinada pelos membros da mesa e por sócios representando à totalidade do capital social, sendo dispensada a publicação através de veículos de imprensa.

§ 6º - As reuniões dos sócios são dispensáveis quando todos os sócios decidirem por escrito, sobre matéria que seria objeto de deliberação dessas reuniões.

CLÁUSULA VII — EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras da sociedade e o lucro ou prejuízo verificados serão divididos ou suportados entre os sócios, dentro da proporção das quotas possuídas.





CLÁUSULA VIII — DURAÇÃO DA SOCIEDADE

O tempo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA IX — CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da Sociedade, cabendo em igualdade de condições o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum quotista pretender ceder parte ou a totalidade das suas quotas.

CLÁUSULA X — RETIRADA DE SÓCIO

No caso de um dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá notificar os outros por escrito com antecedência de 90 (noventa) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que se estabelece na Cláusula 11ª (décima Segunda), deste instrumento.

CLÁUSULA XI — CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

O falecimento, impedimento irreparável ou incapacidade física ou mental, falência, insolvência de sócio ou sócios não dissolverá a Sociedade, continuando com os demais sócios remanescentes, ficando a estes ou a Sociedade o direito de adquirir do(s) herdeiro(s) sucessor(es) ou representante legal. Aos herdeiros e/ou legatários do quotista falecido caso não queiram continuar na Sociedade, bem como ao sócio que se retirar ou for excluído da Sociedade, serão pagos os haveres que lhes couberem em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se à primeira 60 (sessenta) dias após a notificação da Sociedade acerca da decisão dos herdeiros, e/ou legatários, do sócio quotista falecido de sua intenção de não mais continuar na Sociedade ou na data da retirada ou exclusão do sócio quotista e, as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os haveres serão calculados com base no último Balanço levantado ou, no Balancete do último mês, em que for feita a comunicação levantado na data da notificação da Sociedade, ou da retirada ou exclusão do sócio, pelo critério de patrimônio

líquido contábil, corrigindo-se os valores apurados pelos índices oficiais para compensação dos efeitos inflacionários.

Parágrafo Único — Caso haja decisão por parte dos sócios remanescentes, o prazo acima mencionado no "caput" desta cláusula, poderá desde que, não afete a situação econômico, financeira da sociedade, ser modificada para período inferior ao estipulado.

CLÁUSULA XII — LIQUIDAÇÃO

Em caso de liquidação da Sociedade será liquidante o sócio escolhido por deliberação conforme cláusulas X e XI deste instrumento. Nesta hipótese, os haveres da Sociedade, serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os quotistas na proporção do número de quotas que cada um possuir.

CLÁUSULA XIII — DELIBERAÇÕES

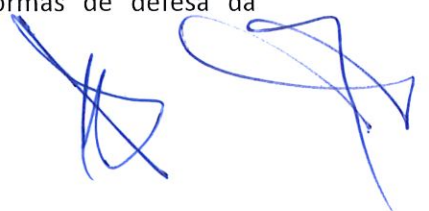
O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo por deliberação de sócio, ou sócios que representem à maioria do capital social.

CLÁUSULA XIV — FORO

Para todas as questões oriundas deste contrato fica eleito o foro Cível da Comarca desta Capital, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se *apresente, arcando a parte vencida com as perdas e danos, custas judiciais e honorários* de advogado da parte vencedora.

CLÁUSULA XV — IMPEDIMENTO

Os sócios declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da



concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, (artigo 1.011 § 1º da Lei 10.406/02).

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração e Consolidação de Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Atibaia, 22 de julho de 2019



ITURRI S/A

p.p. Francisco Gines Pastor Traves



AMADEO DOUTON RODRIGUEZ

Testemunhas:



Nome: EDUARDO W. C. Bessi

RG: 24.967.799-4 SSP/SP

CPF: 315.932.008-11



Nome:

RG:

Anna Carolina de M. M. Pinto

CPF:

CPF.: 317.877.808-05

RG.: 42.058.824-3 SSP/SP



[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONTRADI REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO

P

PE

SOBRE NOME:
IGNACIO BLASCO MARIN

NOME:
JOSE

DATA DE NASCIMENTO:
19/06/1972

SEXO: M

FILIAÇÃO:
MARIA DOLORES MARIN
JOSE BLASCO

NACIONALIDADE:
ESPAÑHA

VALIDADE:
19/02/2028

RNM

V820554-B

Estado de Andoia - SP

ASSISTENTE DO TÍTULO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO

RNE: G320434-S CLASSIFICAÇÃO: PERMANENTE VALIDADE: 03/01/2022

NOME:
FRANCISCO GINES PASTOR TRAVES

FILIAÇÃO:
JUANA TRAVES MELLADO
GINES PASTOR PALOMINO

NACIONALIDADE:
ESPANHOLA

NATURALIDADE(PAÍS):
ESPANHA

ÓRGÃO EMISSOR:
CGPI/DIREX/DPF

DATA DE NASCIMENTO: SEXO: M
10/06/1965
DATA DE ENTRADA:
03/01/2017
VIA: 1
DATA DE EXPEDIÇÃO: 23/01/2017

ASSINATURA DO PORTADOR



320434170171632701



CHEFE/DICRE/DIREX/DPF

ART.1 C/C PARAG.3 DA RES.NORM.62/04-CH
VISTO CONCEDIDO A ADMINISTRADOR, DIRETOR
GERENTE OU EXECUTIVO - PROIBIDO MUDANCA
DE EMPREGADOR SEM AUTORIZACAO DO M.J.

IPBRATRAVES<<FRANCISCO<GINES<PASTOR<

G320434S<0ESP6506102M2201030<<<<<<<<

